

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE _____

ESTATUTO

TÍTULO I DO CONSÓRCIO E DOS CONSORCIADOS

Capítulo I Da Denominação

Art. 1º – O Consórcio Público constituído entre os municípios da Região _____ do estado de Goiás, denominar-se-á _____.

Capítulo II Dos Consorciados

Art. 2º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ será integrado pelos seguintes entes consorciados:

I. _____, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____ nº _____, CEP _____, telefone _____, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, e RG sob o nº _____.

II. **idem para todos os municípios consorciados**

Capítulo III Da Natureza e da Personalidade Jurídica

Art. 3º – O Consórcio Público objeto do presente Estatuto é constituído sob a forma de Associação Pública, de natureza Autárquica e Interfederativa, com Personalidade Jurídica de Direito Público.

Art. 4º – A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais no que se relaciona à finalidade a que se propõe; porém, sendo totalmente respeitadas as autonomias municipais.

Capítulo IV

Das finalidades e dos Objetivos

Art. 5º – São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____, a cooperação técnica na área de saúde entre os consorciados, visando à promoção de ações de saúde pública assistenciais, prestação de serviços especializados de baixa, média e alta complexidade, em especial: Serviços de Urgência e Emergência hospitalar e extra-hospitalar; Policlínica; Unidades de Pronto Atendimento; Programas de regulação intermunicipal dos municípios consorciados; Centros de Especialidades Odontológicas – CEO; Assistência Farmacêutica, entre outros serviços relacionados à saúde pública, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e o Plano Diretor de Regionalização – PDR do estado de Goiás, além de todas as demais finalidades e objetivos expressos no Protocolo de Intenções.

Parágrafo Único – A finalidade do Consórcio de Saúde deverá constar no Plano Municipal de Saúde, no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA dos municípios consorciados.

Art. 6º – Constituem-se como objetivos específicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____.

- I. Planejar, programar e exercer programas, projetos, ações, atividades e serviços na área da saúde, de acordo com os objetivos previstos no Protocolo de Intenções;
- II. Fortalecer as instâncias colegiadas locais e regionais e o processo de descentralização das ações e serviços de saúde;
- III. Fortalecer as políticas públicas dos entes consorciados;
- IV. Compartilhar recursos financeiros, tecnológicos e de gestão de pessoas, e o uso em comum de equipamentos, serviços de manutenção, tecnologia da informação, de procedimentos de licitação, de unidades prestadoras de serviços, instrumentos de gestão, em especial projetos de saúde, entre outros, obedecendo à legislação vigente.
- V. Prestar cooperação técnica, realizar treinamentos, estudos técnicos e pesquisa, além de executar ações conjuntas de prestação de serviços com base no objeto deste instrumento;
- VI. Estabelecer vínculo de cooperação e articular esforços com vistas a criar condições de viabilidade, eficiência, eficácia e melhores resultados na gestão dos municípios consorciados.
- VII. Promover a capacidade resolutiva, ampliar a oferta e o acesso da população aos serviços de saúde;
- VIII. Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, mediante deliberação da Assembléia Geral.

- IX. Promover a gestão de recursos financeiros oriundos de convênios e projetos formalizados junto à União, Estados e Municípios;
- X. Acompanhar, monitorar, controlar e avaliar os programas, projetos e ações, no sentido de garantir a efetiva qualidade dos serviços públicos;
- XI. Exercer competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembléia Geral;
- XII. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer as estruturas de atendimento em Ações de Saúde Básica, Média e de Alta Complexidade;
- XIII. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer as estruturas de Sistema de transporte sanitário;
- XIV. Financiar e instaurar Programas e Sistemas de Apoio em Diagnóstico;
- XV. Financiar a edição de material e pesquisas sobre o tema Cooperação Intermunicipal;
- XVI. Proporcionar seminários Estaduais sobre o tema Cooperação Intermunicipal;
- XVII. Ampliação, aperfeiçoamento e diversificação da oferta de Serviços Especializados;
- XVIII. Capacitação e qualificação da equipe técnica do Consórcio e dos entes consorciados;
- XIX. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar as “Farmácias dos Cidadãos”;
- XX. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar o Cartão SUS, assim como o SUS Fácil;
- XXI. Programar, estabelecer, estruturar e fortalecer, além de acompanhar, monitorar, controlar e avaliar o Prontuário Eletrônico;
- XXII. Serviços Microrregionais com finalidade diagnóstica;
- XXIII. Sistema de Informação a Saúde;
- XXIV. Desenvolver soluções para o armazenamento, atualização e processamento de dados relacionados ao orçamento, contabilidade e informações básicas, intermediárias e de alta complexidade de saúde do Consórcio;
- XXV. Identificação das potencialidades e necessidades do Consórcio;
- XXVI. Programas de Urgência/Emergência;
- XXVII. Prevenção sistêmica na gestão dos resíduos sólidos (PGRSS), considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, na busca de escala para a sustentabilidade;
- XXVIII. Ações de Controle de Vigilância Epidemiológica, Manejo ambiental e Controle de Endemias, podendo ser firmados convênios para esta finalidade com Entes Federativos e/ou Setor Privado;
- XXIX. Criar serviços que possibilitem a efetiva regionalização da Hemorrede;

- XXX. Possibilitar a criação de uma rede regional de imunização;
- XXXI. Possibilitar o credenciamento multifuncional dentro da área de abrangência e território de atuação do Consórcio;
- XXXII. Promover a gestão e aquisição de medicamentos, insumos, equipamentos e mobiliários dentro da sua área de atuação.

Art. 7º – Para cumprir as finalidades, o Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ poderá:

- I. A adquirir e/ou receber em doação, destinação ou cessão de uso de bens móveis e imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos;
- II. Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada no que couber;
- III. Prestar a seus consorciados os serviços previstos nos artigos 5º e 6º, deste estatuto;
- IV. Realizar licitação e celebrar contratos, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das demais normas jurídicas aplicáveis;
- V. Contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados dispensada a licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8666/93.

Capítulo V

Do Prazo de Duração

Art. 8º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ terá prazo de duração indeterminado, sendo assegurado pelos consorciados, o cumprimento das responsabilidades assumidas em relação aos financiamentos concedidos durante a vigência do Consórcio.

Capítulo VI

Da Sede e Foro

Art. 9º – A sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ será no Município de _____, cujo foro **também será no mesmo Município.**

§1º – A manutenção do Consórcio será subsidiada pelos municípios consorciados, na proporção de 30% (trinta por cento) divididos igualmente entre todos os entes consorciados, e 70% (setenta por cento) dividido proporcionalmente ao uso do ente consorciado dos serviços prestados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____. **** A Assembléia decide as regras deste parágrafo. Trata-se de exemplo.**

§2º – Caberá à Assembléia do Consórcio a decisão acerca da modificação da localização da sede do Consórcio, assim como as formas de divisão e rateio de despesas.

Capítulo VII

Da Constituição do Consórcio

Art. 10º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ é constituído nos termos das Leis municipais abaixo relacionadas:

	MUNICÍPIO	LEI Nº	DATA APROVAÇÃO
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO

Capítulo I

Das Instâncias Organizacionais

Art. 11º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ apresentará as seguintes instâncias organizacionais:

- I. Nível de Direção Superior:
 - a. Assembléia Geral;
 - b. Presidência;
 - c. Conselho Consultivo de Apoio a Gestão do Consórcio;
 - d. Conselho Fiscal.

II. Nível de Direção e de Assessoramento:

- a. Direção Executiva;
- b. Diretoria Administrativo-financeira;
- c. Procuradoria Autárquica.

**** Trata-se de exemplo, a estrutura será definida pela Assembléia Geral.**

Capítulo II

Da Assembléia Geral

Art. 12º – A Assembléia Geral, instância deliberativa máxima, é constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos Consorciados, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

Parágrafo Único – Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral como ouvintes.

Art. 13º – As deliberações da Assembléia Geral do Consórcio serão tomadas por consenso e em último caso pela maioria absoluta dos votos consorciados.

§ 1º - O voto é único para cada um dos Consorciados, votando os suplentes apenas na ausência do respectivo titular.

§ 2º - O voto será público, aberto e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a ente consorciado.

§ 3º - O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 14º – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses, mediante convocação da Diretoria Executiva, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, mediante ofício circular com entrega devidamente protocolada ou por fax/e-mail com comprovante de recebimento.

Art. 15º – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por solicitação subscrita da maioria simples dos votos de seus membros, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante ofício circular.

Art. 16º – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Consórcio, Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, eleito pelos Prefeitos ou substitutos legais integrantes do Consórcio, em escrutínio secreto, e será eleita por maioria absoluta dos votos de seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição por apenas uma recondução consecutiva.

Art. 17º – Para o funcionamento da Assembléia Geral é exigida a presença de, pelo menos, metade de seus membros, e que os municípios estejam em dia com suas obrigações assumidas junto ao Consórcio.

Art. 18 – A representação de votos na Assembléia Geral terá como critério 01 (um) voto por município, independente de sua população.

Art. 19 – Após a convocação de cada um dos municípios consorciados para a Assembléia Geral, conforme já estabelecido, esta poderá ser composta pelos Prefeitos ou substitutos legais. Portanto, ao início da reunião serão chamados para compor a mesa da Assembléia Geral cada um dos prefeitos ou substitutos legais dos municípios consorciados, caso algum destes não esteja presente, será chamado o Secretário de Saúde do respectivo município para compô-la, representando o Prefeito ausente.

Art. 20 – No início de cada reunião da Assembléia Geral, deverá ser lida, discutida e votada a ata da reunião anterior.

Seção Única **Das Competências da Assembléia Geral**

Art. 21º – Compete à Assembléia:

- I. Deliberar sobre assuntos relativos à finalidade, objetivos e interesses do Consórcio;
- II. Eleger ou destituir o Presidente do Consórcio;
- III. Ratificar ou recusar a nomeação ou destituição dos membros da Diretoria Executiva e Operacional;
- IV. Homologar as proposições e relatórios da Diretoria Executiva;
- V. Homologar a admissão de um novo associado ao Consórcio;
- VI. Homologar a retirada e decidir pela exclusão de Consorciado;
- VII. Deliberar e decidir sobre a instituição e modificação do quadro de pessoal do Consórcio;
- VIII. Deliberar e decidir sobre:
 - a. Os planos de trabalho desenvolvidos pela Diretoria Executiva e Operacional;
 - b. Matéria orçamentária, patrimonial, financeira e relacionada às operações de crédito do Consórcio;
 - c. A fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços Públicos do Consórcio.
- IX. Apreciar os processos administrativos disciplinares, aplicando as penalidades cabíveis;
- X. Aprovar o Regimento Interno do Consórcio, bem como as respectivas alterações;
- XI. Aprovar os Contratos de Programa e de Rateio do Consórcio;
- XII. Aprovar as alterações do Estatuto.

§1º – As competências arroladas nesta cláusula são meramente exemplificadas, não prejudicando que outras sejam reconhecidas neste Estatuto.

§2º – Este Estatuto poderá ser alterado/modificado mediante proposta do Presidente ou da Assembléia Geral, aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos de seus membros.

§3º – A deliberação sobre a dissolução do Consórcio exigirá maioria de 2/3 (dois terços) dos consorciados e lei autorizativa das Câmaras Municipais dos municípios que votarem a favor.

§4º – A destituição do Presidente do Consórcio se dará em função da inoperância dos princípios Constitucionais e Infraconstitucionais que tratam da Administração Pública, bem como as Normas deste Estatuto, e se processará na forma regimental.

Art. 22º – Outras disposições sobre o funcionamento e as atribuições da Assembléia Geral poderão ser consolidadas e complementadas por Regimento Interno que a própria Assembléia Geral venha a aprovar.

Capítulo III Da Presidência

Art. 23º – O Presidente do Consórcio exerce a representação legal da referida Associação Pública.

Art. 24º – A Presidência do Consórcio constitui função não remunerada.

Art. 25º – A substituição do Presidente do Consórcio, em casos de licenciamento, impedimento ou destituição, será deliberada e decidida através de convocação extraordinária da Assembléia Geral.

Seção Única Das Competências da Presidência

Art. 26º – Compete ao Presidente do Consórcio:

- I. Representá-lo Judicial e Administrativamente;
- II. Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- III. Encaminhar aos poderes e órgãos competentes as solicitações e acompanhar sua tramitação;
- IV. Ordenar despesas, firmar convênios, acordos ou contratos, subscrever os relatórios de gestão do Consórcio e prestar contas da gestão junto aos órgãos de controle;

- V. Supervisionar os serviços oferecidos pelo Consórcio, assegurando a eficiência e eficácia dos mesmos e cumprimento do estabelecido nos Contratos de Programa e de Rateio firmados;
- VI. Encaminhar as decisões da Assembléia Geral para execução pela Diretoria Executiva;
- VII. Constituir grupo de trabalho, comissões com objetivos específicos e duração temporária, com participação de integrantes da Diretoria Executiva;
- VIII. Convidar técnicos de órgãos municipais, estaduais, federais, profissionais liberais e membros da sociedade civil organizada para participarem dos grupos de trabalho e/ou comissões;
- IX. Solicitar a cessão de servidores de entes consorciados para desenvolver atividades no Consórcio;
- X. Autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros, gerir o patrimônio do Consórcio, assinar cheques e quaisquer documentos referentes ao consórcio;
- XI. Convocar Assembléia Geral nos termos deste Estatuto;
- XII. Executar as deliberações da Assembléia Geral. Dando-lhes ampla publicidade;
- XIII. Submeter à Assembléia Geral, para aprovação, o quadro de pessoal ou contratos, bem como a respectiva tabela remuneratória e gratificações.

Parágrafo Único – A presidência do Consórcio poderá delegar poderes ao Diretor Executivo para ordenar despesas, firmar convênios, acordos ou contratos, subscrever os relatórios de gestão do Consórcio e prestar contas da gestão junto aos órgãos de controle.

Capítulo IV **Do Conselho Consultivo de Apoio a Gestão do Consórcio**

Art. 27º – O Conselho Consultivo de Apoio a Gestão do Consórcio, terá caráter permanente vinculado a Assembléia Geral, constituindo-se pelos Secretários Municipais de Saúde dos entes Consorciados e por um representante da Secretaria de Estado da Saúde / SES-GO.

Art. 28º – As atribuições, composição e funcionamento deste Conselho serão definidos através de Regimento Interno.

Art. 29º – A Assembléia Geral poderá homologar a criação de outros Conselhos e/ou Comissões, que serão definidas e normatizadas no Regimento Interno.

Capítulo V **Do Conselho Fiscal**

Art. 30º – O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, constituído por 01 (um) representante de cada um dos entes consorciados, que os indicará livremente, sendo tal ato apreciado e homologado pela Assembleia Geral do Consórcio.

Art. 31º – Os membros do Conselho Fiscal serão renovados bienalmente pelos respectivos entes consorciados.

Art. 32º – Os membros do Conselho Fiscal definirão as competências e funções da sua Presidência e o seu Regimento Interno.

Art. 33º – O Conselho Fiscal, por meio de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá provocar a Presidência do Consórcio para fins de adoção das devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Sessão Única **Das Competências do Conselho Fiscal**

Art. 34º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Acompanhar e fiscalizar permanentemente:
 - a. A contabilidade do Consórcio
 - b. As operações econômicas ou financeiras da entidade.
- II. Exercer o controle de gestão e de finalidade do Consórcio, bem como sobre o plano de ação, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, submetidos à Assembleia Geral;
- III. Emitir parecer sobre proposta de alteração do presente Estatuto, no que pertine à matéria contábil, financeira, patrimonial e orçamentária;
- IV. Eleger seu corpo diretivo, nos termos do seu Regimento Interno;
- V. Indicar representante para participação de reuniões da Assembleia Geral, quando convidado;
- VI. Propor planos e programas de acordo com o escopo do Consórcio, assim como sugerir melhores formas de funcionamento do Consórcio;
- VII. Emitir pareceres quando da prestação de contas dos contratos de rateio, contratos de programa, contrato de gestão e termos de parceria firmados pelo Consórcio.

Capítulo VI **Da Diretoria**

Art. 35º – A Diretoria do Consórcio é o órgão responsável pela gestão diária das atividades consorciais, sendo investida em caráter de livre nomeação e exoneração, com indicação da Presidência e homologação a cargo da Assembléia Geral do Consórcio.

Art. 36º – Compõe a Diretoria do Consórcio a Diretoria Executiva, assessorada pela Diretoria Administrativo-financeira e Procuradoria Autárquica.

Seção Única **Da Constituição e Atribuições da Diretoria Executiva**

Art. 37º – Compete ao Diretor Executivo auxiliar a Presidência do Consórcio nas atividades operacionais da Entidade.

Art. 38º – Cabe ao Diretor Executivo o planejamento, a coordenação, o controle e a execução das atividades referentes à sua finalidade e objetivos, execução das rotinas administrativas e desempenho das suas ações.

Art. 39 – A Diretoria Executiva do Consórcio possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. Planejar, executar, controlar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades consorciadas;
- II. Propor a estruturação de suas atividades, do quadro de pessoal, submetendo à apreciação da Assembléia Geral, através do Presidente do Consórcio;
- III. Divulgar as deliberações da Assembléia Geral, preferencialmente em página eletrônica do Consórcio na internet;
- IV. Elaborar mensalmente relatório das atividades e anualmente o relatório de gestão, bem como prestação de contas a ser apresentada à Assembléia Geral;
- V. Preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Consórcio, a divulgação das atas de reuniões e outros documentos relevantes;
- VI. Assegurar o cumprimento das funções e finalidades junto ao Consórcio;
- VII. Elaborar para análise da Presidência, proposta de plano plurianual de investimentos – PPI e do orçamento anual ao Consórcio;
- VIII. Planejar todas as necessidades financeiras necessárias à execução do orçamento, dentre os quais:
 - a. Promover o lançamento das receitas, inclusive definindo os valores das taxas, tarifas e de outros valores determinados por Lei para serviços públicos;
 - b. Emitir notas de empenho de despesas.
- IX. Exercer gestão patrimonial, com emissão de relatórios à Presidência;

- X. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda em arquivo;
- XI. Praticar todos os atos relativos à área de recursos humanos, sobretudo da administração de pessoal, cumprindo e fazendo cumprir os preceitos do regime jurídico de direito Público e da legislação trabalhista;
- XII. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista na Lei, no Contrato de Consórcio Público ou neste Estatuto, respondendo civil, administrativamente e criminalmente pela omissão dessa providência.

Capítulo VII

Da Diretoria Administrativo-financeira

Art. 40º – O cargo de Diretor Administrativo-financeiro será exercido pelo Contador do Consórcio, sendo investida em caráter de livre nomeação e exoneração, com indicação da Presidência e homologação a cargo da Assembléia Geral do Consórcio, e compete a aquele auxiliar a Presidência do Consórcio nas atividades administrativo-financeiras da Entidade.

Seção única

Da Constituição e Atribuições da Diretoria Administrativo-Financeira

Art. 41º – Cabe ao Diretor Administrativo-financeiro o planejamento, a coordenação, o controle e a execução das atividades referentes à sua finalidade e objetivos, execução das rotinas financeiras e desempenho das suas ações.

Art. 42º – Compete ao Diretor Administrativo-financeiro:

- I. Preparar à Diretoria Executiva proposta de plano Plurianual de investimentos e do orçamento anual do Consórcio;
- II. Praticar todos os atos necessários à execução do orçamento, em conjunto com o Diretor Executivo, dentre os quais:
 - a. Promover o lançamento das receitas, inclusive as de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;
 - b. Emitir notas de empenho de despesas.
- III. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Executiva;
- IV. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;
- V. Praticar atos relativos à área de recursos humanos, administrativos de pessoal, cumprindo, e se responsabilizando pelos preceitos de regime jurídico de direito público e da legislação trabalhista;

- VI. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou omissão dessa providência.

Capítulo VIII

Da Procuradoria Autárquica

Art. 43º – A Procuradoria Autárquica é o órgão de assessoramento responsável pelas atividades jurídicas relacionadas ao Consórcio, sendo o ocupante investido em caráter de livre nomeação e exoneração, com indicação da Presidência e homologação a cargo da Assembléia Geral do Consórcio.

Art. 44º – À Procuradoria Autárquica compete, entre outras atribuições, assessorar a Presidência do Consórcio em assuntos de natureza jurídica quando solicitada e, especialmente:

- I. Elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Presidente;
- II. Assessorar o Presidente no controle interno da legalidade administrativa;
- III. Assessorar o Presidente no controle da legalidade dos atos da Administração mediante o exame de propostas, anteprojetos, projetos e minutas de atos normativos de iniciativa do Consórcio, minutas de edital de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, bem como os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação;
- IV. Fornecer ou requerer subsídios para a defesa dos direitos e interesses do Consórcio e prestar informações ao Poder Judiciário quando solicitadas;
- V. Examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades ou setores do Consórcio quanto ao exato cumprimento;
- VI. Emitir pareceres técnico-jurídicos em processos administrativos e opinar conclusivamente sobre questões decorrentes da aplicação das leis e normas relativas ao serviço público, ressalvada as competências da Procuradoria Geral do Estado, e das Procuradorias e Assessorias dos Municípios consorciados.

TÍTULO III

DA GESTÃO DE PESSOAS

Disposições Gerais

Art. 45 – As atividades do Consórcio poderão ser executadas por profissionais com vínculo público, cedidos pelos entes consorciados em função das especialidades requeridas, pelos empregados pertencentes ao quadro do Consórcio, e pessoal contratado por tempo determinado.

Art. 46 – Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para os empregos públicos, funções comissionadas e de direção previstos neste instrumento, ou servidores que a ele tenham sido cedidos.

Capítulo I

Dos Empregados Públicos

Seção I

Do Regime Jurídico

Art. 47º – Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Seção II

Do Regulamento do Pessoal

Art. 48º – O regulamento de pessoal do Consórcio, aprovado por resolução da Assembléia Geral, deliberará sobre a descrição das funções, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos, bem como sobre o regime disciplinar, o qual constará no Regime Interno.

Seção III

Da Jornada de Trabalho

Art. 49º – A jornada de trabalho é a definida nos Anexos I e II deste Estatuto, podendo ser alterada de acordo com a conveniência e oportunidade do Consórcio, obedecendo a legislação pertinente da categoria Profissional, em ato motivado e em consonância com o interesse Público.

Capítulo II

Do Quadro de Pessoal do Consórcio

Art. 50º – Ficam definidos no quadro de pessoal do Consórcio os empregos públicos descritos no Anexo II deste instrumento, para serem ratificados pela Assembléia Geral e oportunamente por Concurso Público.

§1º – A remuneração dos empregos públicos é definida no Anexo II deste instrumento, permitida a Diretoria Executiva, atendido o orçamento anual, a concessão de reajustes e a revisão anual de remuneração, ou mesmo sugerir mudança ao Presidente para adequar ao orçamento, ou mesmo ao piso salarial.

§2º – Os empregos previstos no “*caput*” deste artigo serão preenchidos de acordo com a possibilidade financeira e necessidade do Consórcio, não implicando a sua criação a obrigatoriedade de imediato preenchimento das vagas.

Art. 51º – Ficam definidos os empregos públicos em comissão o de 01 (um) Diretor Executivo; 01 (um) Procurador Jurídico/Autárquico; 02 (dois) Agentes Administrativos; 01 (um) Diretor Administrativo-financeiro; 01 (um) Enfermeiro Auditor e 01 (um) Médico Auditor, descritos no Anexo I deste Instrumento.

§1º – Os indicados para os empregos públicos em comissão de Diretor Executivo; Procurador Jurídico/Autárquico; Agentes Administrativos; Diretor Administrativo-financeiro; Enfermeiro Auditor e Médico Auditor serão regidos pelo regime Celetista.

§2º – O Diretor Executivo, Procurador Jurídico/Autárquico, Agentes Administrativos; Diretor Administrativo-financeiro; Enfermeiro Auditor e Médico Auditor serão indicados pelo Presidente do Consórcio e mediante a aprovação da Assembléia Geral, podendo ser destituídos da mesma forma que foram admitidos. Sendo que os critérios para assumir os referidos empregos públicos em comissão serão:

- I. Curso superior completo com formação em área afim e experiência comprovada na área, para o Diretor Executivo;
- II. Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-GO, para o Procurador Jurídico;
- III. Nível Médio completo e conhecimento avançado em Excel, para Agentes Administrativos;
- IV. Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade, experiência comprovada em contabilidade pública, se possível em serviços de saúde, para o Diretor Administrativo-financeiro;
- V. Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 04 (quatro) anos, para o Enfermeiro Auditor;
- VI. E, inscrição no Conselho Regional de Medicina com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 02 (dois) anos para o Médico Auditor.

§3º – Outras atribuições, direitos e deveres da Diretoria Executiva e da Diretoria Administrativo-financeira do Consórcio poderão ser definidos no Regimento Interno.

§4º – A remuneração dos empregos públicos em comissão é a definida no Anexo I do quadro geral deste Estatuto, salvo no que se refere o parágrafo 3º deste artigo.

Capítulo III **Da Cessão de Servidores**

Art. 52º – Os entes consorciados, ou as entidades com eles conveniadas, poderão ceder servidores, na forma e condições da legislação de cada um, realizando-se a compensação de créditos pela cessão de serviços com ônus de acordo com critérios estabelecidos no Regimento Interno do Consórcio, observado o disposto nos respectivos Contratos de Programa e/ou Rateio.

Art. 53º – Os servidores cedidos permanecerão no seu regime de trabalho originário, podendo ser concedidos adicionais ou gratificações de acordo com a função exercida, competência e carga horária definidos em regimento interno do consórcio.

Art. 54º – O Servidor cedido ao Consórcio permanece, para todos os efeitos, vinculado ao regime laboral originário, celetista ou estatutário, não se estabelecendo vínculo funcional ou trabalhista com o Consórcio.

Capítulo V

Da Admissão

Art. 55º – O Consórcio terá os seus empregados contratados nos termos do previsto no §2º, do artigo 6º, da Lei Ordinária de nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 56º – Os empregos públicos do Consórcio serão providos mediante contratação/credenciamento temporário, e posterior concurso público.

§1º – Os editais de concurso público, após aprovados pela Diretoria Executiva, deverão ser subscritos pelo Presidente do Consórcio e Assembléia Geral.

§2º – Por meio de ofício, a cópia do Edital será entregue a todos os entes consorciados.

§3º – O Edital, em sua íntegra, será publicado em “sítio” que o Consórcio manterá na internet, bem como, na forma de extrato, será publicado na Imprensa Oficial.

§4º – O período de inscrição dos candidatos ao concurso público não poderá ser inferior a 20 (vinte) dias.

§5º – Salvo se legislação federal dispuser em contrário, nos 10 (dez) primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato, poderão ser apresentadas impugnações ao Edital, as quais deverão ser decididas em 5 (cinco) dias úteis, sendo que a íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no “sítio” que o Consórcio manterá na internet.

Seção I

Dos Empregos em Comissão e Assessoramento

Art. 57º – Nos empregos em comissão e os órgãos de assessoramento, o preenchimento dos cargos se dará por livre nomeação e exoneração, por critérios técnicos de competência, sendo estes profissionais de nível superior e com a aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único – As atribuições que integram as funções de Direção, bem como o exercício interino das funções, serão fixadas pelo regulamento de pessoal.

Seção II

Da Dispensa

Art. 58º – A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva e aprovado em Assembléia Geral.

Seção III

Da Proibição de Cessão

Art. 59º – Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados, permitindo o afastamento não remunerado, para que o servidor do Consórcio exerça cargo em Comissão nos termos do que prever o regulamento de pessoal.

Capítulo V

Das Contratações Temporárias

Art. 60º – As contratações temporárias serão executadas em conformidade com o Inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, atendendo as necessidades temporárias de excepcional interesse público, estabelecidas nas seguintes formas:

- I. Nos casos de vacância ocasionados por vagas ociosas, férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão por justa causa, estipulado o limite máximo de 01 (um) ano;
- II. Para os empregos que não haja pessoas habilitadas e/ou concursadas;
- III. Poderá haver recontração, por igual período, para os empregos em que não haja pessoas habilitadas e/ou concursadas;
- IV. Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembléia Geral;
- V. Nos casos de calamidade Pública, Estado de Emergência e nas ocorrências de Epidemias, devidamente registradas e homologadas, conforme o evento;
- VI. Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionados por paralisação ou greve de empregados declarada ilegal;
- VII. Nos casos de execução de serviços por profissionais de notória especialização.

Parágrafo Único – O Consórcio regulamentará por Resolução as Contratações previstas neste artigo.

Art.61º – As contratações temporárias serão realizadas mediante processo seletivo público simplificado, estabelecido em Edital.

§1º – Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público estabelecidos no Anexo II deste Estatuto.

§2º – A remuneração do pessoal contratado temporariamente será a mesma fixada para o emprego definido no Anexo II deste Estatuto.

Art. 62º – As contratações temporárias serão submetidas especificamente ao Regime Celetista.

Art. 63º – Ficam os contratados por tempo determinado vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 64º – Somente admitir-se-á a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na implantação do Consórcio Público e preenchimento de emprego público estabelecido no Anexo II, até a contratação por meio de Concurso Público no prazo permitido por Lei, conforme o disposto neste Estatuto.

Art. 65º – A contratação por tempo determinado poderá abranger as seguintes categorias profissionais:

- I. Médico: Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Gastroenterologia, Urologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia/Obstetrícia, Mastologia, Cardiologia, anestesiologia, Endocrinologia, Neurologia, Endoscopia Digestiva, Ortopedia/Traumatologia, Diagnóstico por imagem, Angiologia, e todas as demais áreas médicas que se façam necessárias;
- II. Assistente Social, Enfermeiro, Veterinário, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Odontólogo, Biólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional;
- III. Atividades Auxiliares de Saúde; Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Patologia Clínica, Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliar de Prótese Dentária, Cito técnico, Técnico em Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Técnico de Patologia Clínica, Técnico de Radiologia, Técnico de Laboratório, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Prótese Dentária.

Parágrafo Único – Poderão ser incluídas novas categorias profissionais desde que aprovada pela Assembléia Geral e fundamentada nas necessidades do Consórcio.

Seção VI

Da Condição de Validade e do Prazo Máximo de Contratação

Art. 66º – As contratações temporárias terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo haver renovações, desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24 (vinte quatro) meses.

Art. 67º – O Contrato firmado com o contratado por prazo determinado extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I. Pelo término do prazo contratual;
- II. Por iniciativa do Contratado;
- III. Pela extinção do Consórcio.
 - a. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com antecedência mínima de trinta dias;
 - b. A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorre de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente á 1/3 (um terço) do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Parágrafo único – É nula e proibida a renovação de prazo de contratação temporária sem que haja uma justificativa convincente ou que seja publicada em Edital de concurso para o provimento do emprego público.

TITULO IV

DOS CONTRATOS, ACORDOS E PARCERIAS

Capítulo I

Dos Contratos de Gestão e Termos de Parcerias

Art. 68º – O Presidente do Consórcio poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couberem, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar Termo de Parceria, na forma da Lei 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o Contrato de Gestão como o Termo de Parceria serão aprovados mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

Art. 69º – Para a consecução dos atos definidos no dispositivo anterior, o Consórcio observará as normas de Direito Público no que concerne à realização de licitação e celebração de contratos, principalmente o disposto nos artigos 23, 24, 25 e 112 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das demais normas jurídicas aplicáveis.

Capítulo II

Do Contrato de Rateio

Art. 70º – Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao Consórcio Público mediante Contrato de Rateio.

Art. 71º – O Contrato de Rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 72º – Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no artigo 10, inciso XV, da Lei 8429, de 02 de junho de 1992, celebrar Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 73º – As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo, ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 74º – A eventual impossibilidade dos entes consorciados não cumprirem as obrigações orçamentárias e financeiras estabelecidas em Contrato de Rateio, e justificando o problema, obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira a novos limites.

Art. 75º – Em conformidade com o artigo 167, IV da Constituição Federal, deverá ser observada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do Consórcio, na forma estabelecida nos Contratos de Programa e/ou Rateio, admitida a retenção das referidas receitas para satisfazer a vinculação prevista no presente dispositivo.

Capítulo III

Do Contrato de Programa

Art. 76º – O Contrato de Programa será formalizado para fins de constituição e regulação as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos, observados os seguintes critérios:

- I. Prestar atendimento ambulatorial de média complexidade programado para a população residente dos municípios consorciados, nas especialidades contratadas, em dias e horários previamente definidos, com escala dos profissionais publicada em cada Unidade de Saúde;

- II. Dar suporte de meios complementares de diagnóstico e terapia (laboratório e imagem) para as especialidades contratadas, assegurando resolubilidade microrregional;
- III. Assegurar assistência farmacêutica que dê suporte mínimo ao processo de tratamento e recuperação da saúde.
- IV. Assegurar a contra referência para o Programa Saúde da Família – PSF dos Municípios de origem do paciente, com laudos e prescrição claramente escritos e resumo de alta assinado por especialista;
- V. Manter prontuários atualizados e detalhados do paciente por 05 (cinco) anos, no mínimo;
- VI. Alimentar os Sistemas de Informação em Saúde Nacional e, em particular, o Sistema de Agravos Notificáveis (SINAN) e Sistema de Informação Ambulatorial (SAI);
- VII. Estabelecer fluxo de referência para Unidades de Saúde de maior complexidade, assegurando a equidade vertical.

Parágrafo Único – No caso de a gestão associada envolver também a prestação de serviços por órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, este deverá obedecer ao previsto nos incisos anteriores.

Capítulo IV **Das Licitações Compartilhadas**

Art. 77º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta e indireta dos municípios consorciados, nos termos do §1º, do artigo 112 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

TÍTULO V **Da ADMISSÃO, RETIRADA E EXCLUSÃO NO CONSÓRCIO**

Capítulo I **Da Admissão no Consórcio**

Art. 78º – É facultada a admissão de Município ao Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ a qualquer tempo, desde que atendidas às condições estabelecidas neste Estatuto e, especificamente, o seguinte:

- I. O ente interessado deverá apresentar pedido formal assinado por seu representante legal do município (Prefeito) à Presidência do Consórcio, que submeterá a análise e aprovação da Assembléia Geral;

- II. O ente interessado deverá dispor de lei autorizativa, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contrato;
- III. O ente recém consorciado deverá pagar uma taxa de R\$ 0,___ (___centavos) por habitante pela adesão ao Consórcio;
- IV. Ademais, o ente recém consorciado deverá submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos demais custos a serem rateados, bem como reajustes e revisão se o caso for necessário.

Art. 79º – A efetivação no Consórcio Público poderá se dar por reserva, subscrito o Protocolo de Intenções pelo Poder Executivo, após a ratificação do Poder Legislativo dos respectivos municípios interessados, observando o §2º do artigo 5º da Lei 11.107, de 06 de abril de 2015.

Capítulo II

Da Retirada e da Exclusão do Consorciado

Art. 80º – A retirada de um ente federado do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante, que comunicará formalmente com antecedência de 90 (noventa) dias, ao Presidente do Consórcio, que apresentará à Assembléia Geral para análise e tomada de posição.

Art. 81º – Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato do Consórcio Público ou no Instrumento de Transferência ou de Alienação.

Art. 82º – A retirada ou a exclusão do consorciado não prejudicará as obrigações contraídas pelo mesmo, inclusive os Contratos de Programa e de Rateio, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Art. 83 – A Assembléia Geral acolherá pedido de exclusão de qualquer dos consorciados, acompanhado de justificativa que não possa ser sanada pelos demais membros do Consórcio, e se enquadre no artigo 78 deste Estatuto.

Art. 84 – Serão excluídos do quadro social, ouvido a Assembléia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida ao Consórcio, ou, se incluída, deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de repasse, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada à ampla defesa nos termos do Regimento Interno.

Art. 85º – Os procedimentos destinados apurar a responsabilidade do ente consorciado com vistas a sua exclusão será definido no Regime Interno do Consórcio.

TÍTULO VI

DO REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO DO CONSÓRCIO E DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Art. 86º – A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 87 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde _____ - _____ estará sujeito à fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial pelo Tribunal competente a apreciar as contas de Chefe do Poder Executivo responsável pela Presidência do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contatos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Capítulo I Da Prestação de Contas

Art. 88º – O Consórcio deverá prestar contas dos recursos e bens de origem pública, e dar publicidade no encerramento do exercício fiscal, por meio de relatório de atividades e demonstrações financeiras que poderão ser fiscalizadas pelos órgãos de controle competente.

Capítulo II Da Publicidade

Art. 89º – O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive, as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo a disponibilização na internet e o acesso das atas das reuniões e os documentos produzidos, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por Prévia e motivada decisão.

TITULO VII DAS VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Capítulo I Das Vedações

Art. 90º – É vedado ao Consórcio Público ou aos seus membros:

- I. Estabelecer cláusulas do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao Consórcio Público, salvo a doação, destinação ou cessão de uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessão de direitos operados por força de gestão associada de serviços públicos;

- II. Submeter à gestão associada, por intermédio do Consórcio Público, serviços que demandam o pagamento de preço público ou tarifa.

Art. 91º – Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o ente consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no Contrato de Rateio.

Capítulo II

Da Responsabilidade do Consórcio e da Responsabilidade Subsidiária do Ente Consorciado

Art. 92º – O Consórcio Público responde diretamente pelas ações e omissões que cometer em função de suas obrigações, observando o regime jurídico de direito público.

Art. 93º – Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a Lei, os Estatutos ou decisão da Assembléia Geral.

TÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 94º – A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado por unanimidade da Assembléia Geral, ratificado mediante Lei por todos os entes consorciados.

§1º – Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, respeitados os casos em que a propriedade dos bens não tenha sido transferida ao Consórcio Público.

§2º – Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

TÍTULO IX

DIPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 95º – Os casos omissões do presente Estatuto serão decididos pelo Presidente do Consórcio, com necessária ratificação da Assembléia Geral.

Art. 96º – O presente Estatuto deverá ser averbado no cartório de registro de pessoas jurídicas.

Art. 97º – Fica mantido o Foro do Município sede do Consórcio para dirimir eventuais controvérsias nos Contratos e neste Estatuto.

Art. 98 – Este estatuto entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial Estadual e na Imprensa Oficial dos demais entes consorciados.

_____, em _____ de _____ de 201__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de _____

QUADRO GERAL DE EMPREGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO

EMPREGO PÚBLICO EM COMISSÃO	PROVIMENTO	REQUISITO DE PROVIMENTO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Diretor Executivo	Em comissão	Superior Completo com formação em área afim e experiência comprovada na área.	01	40h	R\$ 10.000,00
Procurador Jurídico	Em comissão	Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/GO	01	20h	R\$ 8.000,00
Agente Administrativo	Em comissão	Nível Médio Completo e conhecimento avançado em Excel	02	40h	R\$ 2.000,00
Diretor Administrativo-financeiro	Em comissão	Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade, experiência comprovada em contabilidade pública em serviços de saúde.	01	40h	R\$ 8.000,00
Enfermeiro Auditor	Em comissão	Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 04(quatro) anos.	01	40h	R\$ 8.000,00
Médico Auditor	Em comissão	Inscrição no Conselho Regional de Medicina com especialização em auditoria e experiência comprovada de pelo menos 02 (dois) anos.	01	20h	R\$ 8.000,00

ANEXO II

QUADRO GERAL DE EMPREGOS PÚBLICOS

NÍVEL SUPERIOR- SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE						
EMPREGO PÚBLICO	FUNÇÃO	REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	FORMA DE PROVIMENTO
Cirurgião - Dentista	Cirurgião - Dentista	Curso Superior em Odontologia com Registro no CRO.	08	20	R\$2.000,00	Concurso Público

Cirurgião - Dentista	Cirurgião - Dentista	Curso Superior em Odontologia Com Registro no CRO.	07	40	R\$4.000,00	Concurso Público
Enfermeiro	Enfermeiro	Curso Superior em Enfermagem com Registro no COREN.	10	40	R\$1.800,00	Concurso Público
Farmacêutico	Farmacêutico	Curso Superior Em Farmácia com Registro no CRF	02	40	R\$1.800,00	Concurso Público
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	Curso Superior em Fisioterapia Com Registro no CREFITO	02	30	R\$1.800,00	Concurso Público
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo	Curso Superior em Fonoaudiologia Com Registro no Órgão Profissional Competente	01	30	R\$1.800,00	Concurso Público
Médico	Médico – Clínica Médica	Curso Superior Em Medicina, com Registro no CRM, possuindo Residência Médica e/ou Título de Especialista em Clínica Médica	04	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico – Traumatologia e Ortopedia Médica	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de traumatologia e Ortopedia Médica	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico – Ginecologia e Obstetrícia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico - Gastroenterologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Gastroenterologia	03	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico - Oftalmologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Oftalmologia	03	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico - Urologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Urologia	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico - Otorrinolaringologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Otorrinolaringologia	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico – Radiologia e Diagnóstico por Imagem	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Radiologia	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Médico - Cardiologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo	04	20	R\$3.600,00	Concurso Público

		Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de Cardiologia				
Médico	Médico - Mastologia	Curso Superior em Medicina, com Registro no CRM, Possuindo Residência Médica e/ou Título e/ou Membro da Sociedade de mastologia	02	20	R\$3.600,00	Concurso Público
Médico	Nutricionista	Curso Superior em Nutrição, com registro no Órgão profissional competente	01	40	R\$1.800,00	Concurso Público
Médico	Psicólogo	Curso Superior em Psicologia, com registro no Órgão profissional competente	02	40	R\$1.800,00	Concurso Público
Médico	Terapeuta Ocupacional	Curso Superior em Terapia Ocupacional, com registro no Órgão profissional competente	01	40	R\$1.800,00	Concurso Público
Médico	Veterinário	Curso Superior em Veterinário, com registro no Órgão profissional competente	03	40	R\$1.800,00	Concurso Público

NÍVEL MÉDIO/PROFISSIONALIZANTE SERVIÇOS OPERACIONAIS À SAÚDE						
EMPREGO PÚBLICO	FUNÇÃO	REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	FORMA DE PROVIMENTO
Técnico de Farmácia	Técnico de Farmácia	Ensino Médico completo, curso técnico na área e registro no órgão profissional competente	02	40	R\$1.100,00	Concurso Público
Técnico de Laboratório	Técnico de Laboratório	Ensino Médio completo, curso técnico na área e registro no órgão profissional competente	01	40	R\$1.100,00	Concurso Público
Auxiliar em Saúde Bucal	Auxiliar em Saúde Bucal	Ensino Médio Completo, curso técnico específico de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no órgão profissional competente	05	40	R\$1.100,00	Concurso Público
Auxiliar de Prótese Dental	Auxiliar de Prótese Dental	Ensino Médio Completo	02	40	R\$718,00	Concurso Público
Técnico de Prótese Dental	Técnico de Prótese Dental	Ensino Médio Completo, curso técnico na área de Prótese Dental, com registro no Órgão Profissional competente	02	40	R\$1.100,00	Concurso Público
Técnico em Enfermagem	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo, curso técnico na área de Enfermagem, com registro no Órgão Profissional competente	20	40	R\$1.100,00	Concurso Público
Técnico em Radiologia	Técnico em Radiologia	Ensino Médio Completo, curso técnico na área de Técnico em Radiologia, com registro no Órgão Profissional competente	04	24	R\$1.100,00	Concurso Público

NÍVEL MÉDIO/PROFISSIONALIZANTE

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS						
EMPREGO PÚBLICO	FUNÇÃO	REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	FORMA DE PROVIMENTO
Técnico em Informática	Técnico em Suporte da Tecnologia da Informação	Ensino Médio Completo, curso técnico na área de Informática	01	40	R\$1.100,00	Concurso Público

NÍVEL SUPERIOR/MÉDIO/ SERVIÇOS DE ASSESSORIA E APOIO						
EMPREGO PÚBLICO	FUNÇÃO	REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	FORMA DE PROVIMENTO
Assistente Administrativo	Assistente Administrativo	Curso Superior Completo	01	44	R\$1.800,00	Concurso Público
Assessor Técnico	Assessor Técnico	Curso Superior Completo	01	44	R\$1.800,00	Concurso Público
Auxiliar de Escritório	Auxiliar de Escritório	Ensino Médio Completo	08	44	R\$718,00	Concurso Público
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo e curso Básico em Informática	08	44	R\$718,00	Concurso Público

NÍVEL MÉDIO/SERVIÇOS DE SUPORTE OPERACIONAL						
EMPREGO PÚBLICO	FUNÇÃO	REQUISITOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO	QTDE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	FORMA DE PROVIMENTO
Auxiliar de Manutenção	Auxiliar de Manutenção	Ensino Médio Completo	01	44	R\$718,00	Concurso Público
Encanador	Encanador	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Hidráulica	01	44	R\$718,00	Concurso Público
Eletricista	Eletricista	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Eletricidade	01	44	R\$718,00	Concurso Público
Auxiliar de Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	08	44	R\$718,00	Concurso Público
Vigilante	Vigia	Ensino Fundamental Completo	08	44	R\$718,00	Concurso Público